



Liberdade de Imprensa e Wikileaks: Uma Análise de Discurso¹

Tiago Schmidt MIOTTO²

Ada Cristina Machado SILVEIRA³

Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS

RESUMO

No presente artigo, buscamos analisar como se materializa, na produção jornalística a respeito do projeto Wikileaks, o discurso da revista *Época* sobre a liberdade de imprensa. Com base no aporte teórico metodológico da Análise de Discurso, procuramos compreender a produção de sentidos a respeito da liberdade de imprensa nos textos veiculados pela publicação durante o período em que esse projeto obteve grande visibilidade midiática, em função da divulgação massiva de documentos militares e telegramas diplomáticos secretos. Para realizar a análise, exploramos a ligação do conceito de liberdade de imprensa com outros conceitos aos quais está historicamente relacionado, como ética, democracia e direito social à informação, e a problematização destes em relação ao Wikileaks.

PALAVRAS-CHAVE: liberdade de imprensa; Wikileaks; Análise de Discurso.

Introdução

Entre os principais alicerces que sustentam as sociedades formalmente democráticas, a livre circulação das informações e a pluralidade de opiniões são princípios tidos como indispensáveis e complementares. Para que possa concretizar-se uma sociedade baseada teoricamente na igualdade de direitos e cujo poder de decisão, direta ou indiretamente, esteja nas mãos do povo, é necessário que este tenha condições de debater racionalmente, o que por sua vez pressupõe que todos estejam bem informados. Para tanto, a existência de uma imprensa livre, que garanta o fluxo de informações e o debate de ideias é condição indispensável.

A liberdade de imprensa é um conceito profundamente ligado a todas estas questões. Contudo, as condições que encontramos hoje já não são mais aquelas da época de seu surgimento: a concentração dos meios de comunicação em grandes conglomerados suscita a discussão sobre a importância de sua democratização, assim como a emergência de novas formas de interação e comunicação pela internet e de novos atores

¹ Trabalho apresentado no Intercom Júnior, área temática IJ01 – Jornalismo do XIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul realizado de 31 de maio a 2 de junho de 2012.

² Recém-graduado no Curso de Comunicação Social – Habilitação Jornalismo na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), email: tiagosmiotto@gmail.com

³ Orientadora do trabalho. Professora do Curso de Comunicação Social da UFSM, email: ada.machado@pq.cnpq.br



– entre os quais incluímos o Wikileaks – tensiona o papel social reivindicado pela imprensa e os próprios termos em que se fundamenta sua liberdade.

Para caracterizar o que é e a que se refere a liberdade de imprensa, Surian (2007) considera que o primeiro aspecto que precisamos levar em consideração é o fato de que a liberdade de imprensa é um *conceito em relação*. Assim, para apreender os possíveis significados que o termo adquire, é necessário levar em conta a dinâmica do contexto histórico e social em que ele está inserido, considerando-se que a própria sociedade está em constante transformação.

A liberdade de imprensa é um conceito forjado ao longo do estabelecimento da imprensa como instituição e do questionamento ao poder absolutista e às restrições à liberdade de expressão. Além da relação evidente com o estabelecimento de regimes democráticos, a liberdade de imprensa tem um valor reservado às próprias práticas do jornalismo, de maneira que ela é assumida não só com um direito a ser reivindicado contra as instituições do poder, mas também como um *dever* dos jornalistas: o *dever da liberdade* (BUCCI, 2009).

Barros Filho (2003), por meio da noção de campo jornalístico, aponta que o deslocamento da liberdade de imprensa para o âmbito das práticas jornalísticas e da ética tem relação com as disputas inerentes ao campo. A afirmação da liberdade de imprensa, deste modo, está relacionada a uma série de princípios sociais e valores éticos que caracterizam um jornalismo “ideal” e servem à legitimação de um modelo de jornalismo em detrimento de outros, na luta pelo capital específico do campo – no caso do jornalismo, a credibilidade (BARROS FILHO, 2003).

Apesar de estas disputas ocorrerem dentro do campo, a reivindicação da liberdade por um modelo específico de jornalismo, “livre”, “independente”, transcende a própria noção de campo: da mesma forma que a palavra “liberdade” adquire diferentes significados e acepções – algumas delas inclusive antagônicas – de acordo com as diferentes teorias filosóficas e políticas, a liberdade de imprensa também está inserida em uma disputa mais ampla. Ela não está relacionada, portanto, somente à legitimação de um ou outro modelo de jornalismo em busca de credibilidade, mas também a uma disputa ideológica.

Partindo desta concepção, entendemos que a liberdade de imprensa não é um conceito estático: o sentido que produz está relacionado à história de sua constituição, mas também às condições de seu uso. É por este motivo que, em nosso trabalho,



abordaremos a questão da liberdade de imprensa por meio do aporte teórico metodológico da Análise de Discurso de Linha Francesa, mais especificamente com base nas proposições de Pêcheux e Orlandi. Desta forma, pretendemos identificar se há alguma tensão no discurso do veículo analisado provocada pela atuação do Wikileaks, assim como as formações discursivas e ideológicas por meio das quais o discurso sobre liberdade de imprensa produz sentido.

Discurso e jornalismo

Na Análise de Discurso, disciplina de interpretação fundada por Michel Pêcheux, as palavras e textos não são transparentes, ou seja, não tem um significado autônomo, fechado em si mesmo: assim, “liberdade de imprensa” não possui um único sentido, pois a linguagem é relacionada à sua exterioridade e o discurso é assumido como um objeto ao mesmo tempo simbólico e sócio-histórico. Passa-se da noção de texto ou fala para a noção de discurso, definido por Pêcheux como efeito de sentido entre os interlocutores (ORLANDI, 1999).

A Análise de Discurso fundamenta-se na relação entre três disciplinas distintas: a Linguística, o Materialismo Histórico e a Psicanálise. A língua, que tem sua “ordem própria”, é assumida, sobretudo, como um acontecimento. Assim, nem a linguagem é entendida como uma estrutura fechada, autônoma, nem a história e a sociedade podem ser assumidas como independentes das suas significações. Disso resulta o conceito de *materialidade* – os sentidos são produzidos na história, a linguagem é relacionada à sua exterioridade, como mediação entre o homem e a realidade social, e a abordagem materialista do discurso diferencia-se da acepção abstrata da Linguística por introduzir as noções de sujeito e de situação (ORLANDI, 1999, p. 19).

Na busca por compreender como o sentido é produzido pelos objetos simbólicos “nos e para os sujeitos”, a articulação entre as noções de *ideologia* e *sujeito* é também indispensável: na relação entre língua, discurso e ideologia, “a materialidade específica da ideologia é o discurso e a materialidade específica do discurso é a língua” (ORLANDI, 1999, p. 15).

Pêcheux (1988) afirma que a constituição do sentido está relacionada à constituição do próprio sujeito, ou seja, é por meio da interpelação que os indivíduos são “chamados” a se constituírem como sujeitos, à medida que se posicionam enquanto tais: “os indivíduos são ‘interpelados’ em sujeitos-falantes (em sujeitos do seu discurso) pelas



formações discursivas que representam ‘na linguagem’ as *formações ideológicas* que lhes são correspondentes” (PÊCHEUX, 1988, p. 161) [grifo nosso].

Formações discursivas e formações ideológicas são outros dois conceitos extremamente pertinentes à análise do discurso sobre a liberdade de imprensa: é por meio deles que temos a noção de que os sentidos produzidos não dependem unicamente das palavras empregadas, mas estão relacionadas ao contexto sócio-histórico e à ideologia:

O discurso se constitui em seus sentidos porque aquilo que o sujeito diz se inscreve em uma formação discursiva e não outra para ter um sentido e não outro. [...] As formações discursivas, por sua vez, representam no discurso as formações ideológicas. Desse modo, os sentidos sempre são determinados ideologicamente. Não há sentido que não o seja. (ORLANDI, 1999, p. 43)

Na articulação entre os dois conceitos, a *formação discursiva* é definida como “aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina o que pode e deve ser dito” (PÊCHEUX, 1988, p. 160). Assim, tanto as mesmas palavras mudam de sentido ao passarem de uma formação discursiva a outra, quanto, no interior de uma mesma formação discursiva, palavras, expressões e proposições literalmente diferentes podem assumir sentidos iguais (PÊCHEUX, 1988).

É desta maneira que a liberdade de imprensa pode ser relacionada a outros conceitos, que indicam tanto valores próprios do jornalismo – uma “imprensa livre” é também “independente”, o que pode significar “imparcial” e passível de credibilidade – quanto concepções políticas. Na articulação entre ideologia e discurso, é a ideologia que fornece, por meio do hábito, as evidências pelas quais os sentidos parecem inquestionáveis e a linguagem pareça transparente (PÊCHEUX, 1988).

Os efeitos de sentido são produzidos em condições determinadas e estão relacionadas ao que está à margem do texto, ao que já foi dito, ao que não é dito ali e ao que é dito em outros lugares: as margens do dizer também o constituem, por meio do *interdiscurso* ou *memória discursiva* (ORLANDI, 1999). Desta maneira, para que possamos apreender o discurso de uma revista de circulação nacional em sua materialidade e para além da aparente evidência de sentido que apresenta, devemos atentar à constituição histórica da sua posição de fala e da memória discursiva relacionada a este conceito.

Liberdade de imprensa, ética e direito à informação

Historicamente, a liberdade de imprensa surge no contexto de questionamento do autoritarismo e das restrições à livre manifestação nos regimes absolutistas, a qual



articula o âmbito econômico, o espaço de livre circulação das ideias e a necessidade de uma nova forma de estruturação de poder, que deu origem à democracia liberal. Nesse contexto, emerge a identificação entre o papel de fiscalizar o poder, assumido pela imprensa, e as práticas democráticas (SURIAN, 2007).

As origens da liberdade de imprensa têm relação, assim, com os ideais do Liberalismo, cuja procedência remonta à “própria formação da ‘civilização moderna’ (europeia), que se constitui na vitória do imanentismo sobre o transcendentalismo, a liberdade sobre a revelação, da razão sobre a autoridade, da ciência sobre o mito” (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1998, p. 709).

Segundo Marcondes Filho (1989), que analisa o jornalismo sob a ótica da economia política e, mais especificamente, no contexto da sociedade de classes, o jornalismo surge subordinado ao desenvolvimento da economia de mercado e com a finalidade primeira de dar agilidade à circulação das informações sobre as movimentações do comércio. À medida que a burguesia sente a necessidade de criticar politicamente o modelo absolutista e mercantilista, o jornalismo passa da comercialização de informações para a imprensa de opinião, na qual atuam os “portadores de opinião pública” (MARCONDES FILHO, 1989, p. 62).

Bobbio (2000) relaciona a concepção de liberdade na doutrina liberal com a noção de *licitude*, ou seja, ao que não é obrigado nem proibido, mas *permitido*. É, portanto, oposta à noção de *impedimento*, e, em relação ao Estado, caracteriza-se pela exigência de ampliação das permissões e redução das obrigações. No que diz respeito à democracia, por sua vez, a liberdade está relacionada à ideia de *autonomia*, em oposição à *coerção*. Ambas as noções articulam-se no conceito de democracia liberal:

No primeiro significado, fala-se de liberdade como de algo que está em oposição à lei, a qualquer forma de lei [...]. No segundo significado, [...] já não se faz distinção entre a ação não-regulada e a ação regulada pela lei, mas entre a ação regulada por uma lei autônoma (ou voluntariamente aceita) e ação regulada por uma lei heteronômica (ou aceita pela força). (BOBBIO, 2000, p. 280)

Para Bobbio (2000), a democracia pode ser caracterizada como o regime do *poder em público*, em que “em público” é associado à noção de *visibilidade*, em contraposição à invisibilidade das formas de poder autocráticas. O autor ainda aponta qual é o *público* a que se refere: o público que vê o poder, em sua concepção, é o “público ativo, informado, consciente de seus direitos” (BOBBIO, 2000, p. 388). Assim, relaciona-se ao livre fluxo de informação, também tratada em termos de *liberdade de informação*.



Esta relação da imprensa livre com a constituição de regimes democráticos, como destaca Marcondes Filho (1989), também é consoante com o estabelecimento da burguesia como classe dominante, após um período cujo marco foi a Revolução Francesa. Como ela já não tem mais necessidade de questionamento da ordem vigente, a imprensa assume os moldes de empresa capitalista e ocorre a submissão do debate político, na prática do jornalismo, ao ponto de vista empresarial, de maneira que o valor de troca do jornal sobrepõe-se ao seu valor de uso.

Com a evolução tecnológica, não há cerceamento formal da liberdade de imprensa, mas para alguns grupos, o acesso a ela é tolhido pelas restrições econômicas. Assim, ocorre a transição de um modelo de pluralidade *de meios* para a pluralidade *nos meios* (MARCONDES FILHO, 1989), a ser garantida por princípios éticos e deontológicos e não pelo acesso de toda a diversidade de visões de mundo aos meios de comunicação.

A consequência disso é não só a dissociação entre imprensa partidária e jornalismo, mas também o reforço dos parâmetros de neutralidade que diferenciam ambos: emergem, aí, noções como a neutralidade, a imparcialidade e o caráter “libertário e independente” (MARCONDES FILHO, 1989, p. 67).

Bucci (2009), que circunscreve a liberdade de imprensa ao âmbito das práticas cotidianas do jornalismo, assume que as empresas jornalísticas atuam em função do lucro, mas considera que ele é decorrente da credibilidade de cada veículo. Esta, por sua vez, está relacionada à sua imagem de independência, motivo pelo qual a liberdade “[...] precisa ser explícita, ostensiva mesmo, pois disso depende a confiabilidade, a credibilidade e a autoridade da imprensa” (BUCCI, 2009, p. 122).

A defesa de uma ética informativa – no qual podemos inserir a ideia de *liberdade ostensiva* proposta por Bucci (2009) – e o estabelecimento de um dever-ser jornalístico – a deontologia – participam, para Barros Filho (2003), na luta social pela legitimação de um modelo de produto midiático e deslegitimação de outro, uma luta que visa a impor uma concepção das funções legítimas do jornal:

A representação do jornal ideal, antes de ser uma questão ética, é um objeto de luta social. ‘Sensacionalista’ ou ‘de qualidade’, ‘imparcial’ ou ‘engajado’, ‘objetivo’ ou não, predominantemente ‘informativo’, ‘interpretativo’ ou ‘opinativo’ são eixos em função dos quais se estrutura o campo jornalístico enquanto espaço concorrencial de posições ocupadas por empresas e profissionais da imprensa e de relações profissionais. (BARROS FILHO, 2003, p. 9)

Para Surian (2007), o conceito de liberdade de imprensa é ressignificado na segunda metade do século XX com a emergência do neoliberalismo, modelo que, em uma



situação de crise internacional, advogava ampla liberdade de atuação ao mercado e ao ambiente econômico e financeiro. Neste novo contexto, o poder de decisão, no que diz respeito ao papel do Estado e aos modelos de políticas públicas adotados, é transferido dos governos eleitos para uma instância supranacional, na qual as regras são ditadas pelas organizações financeiras internacionais nas quais não há possibilidade de influência ou escolha de representantes por parte da população (MORAES, 2001 apud SURIAN, 2007). Assim, com o deslocamento das relações de poder na sociedade, a liberdade de imprensa precisaria ser revista:

A criação de empresas de comunicação, e estas cada vez maiores – mega-empresas – modifica visivelmente o jogo das relações e dos interesses na sociedade. Se há mudanças nas relações de forças é necessário empreender esforço para reorganizar as relações e recompor o espaço de ação da liberdade de imprensa, para que ela não fique inativa, a reboque das estruturas, incapacitada de exercer sua função de defesa da democracia (SURIAN, 2007, p. 83-84).

Christofoletti (2008) assinala que nada provocou tantas mudanças em tão pouco tempo para a comunicação e o jornalismo quanto a informática e a disseminação da internet. Neste novo contexto, o debate sobre a democratização do conhecimento e da informação – essencial ao jornalismo – passa a ser balizado pela emergência de uma *ética hacker*, cujos valores o autor define pelo tripé *liberdade, colaboração e conhecimento*.

O surgimento da *ética hacker* está relacionado à emergência de novos atores, que assumem uma das funções sociais reivindicadas pelo jornalismo e uma das noções que, historicamente, está relacionada à liberdade de imprensa – a de garantir o *direito à informação* dos cidadãos. É neste cenário que podemos situar o surgimento e a ascensão do projeto Wikileaks.

Wikileaks, liberdade e jornalismo

Em seu site oficial, o Wikileaks define-se como uma organização midiática sem fins lucrativos, mantida por meio de doações e baseada em uma rede de voluntários ao redor do globo, cujo objetivo é trazer notícias e informações importantes de governos, corporações e demais instituições a público por meio do vazamento anônimo de informações (WIKILEAKS, 2010).

Embora exista oficialmente desde o ano de 2007, foi a partir do ano de 2010 que o projeto ganhou projeção e visibilidade mundial com algumas publicações polêmicas que envolveram principalmente ações do governo dos Estados Unidos: em abril, o site



publicou um vídeo que mostrava o ataque de um helicóptero estadunidense matando civis no Iraque; em junho, documentos confidenciais sobre as ações no Afeganistão e no Iraque; e em novembro, o site publicou, conjuntamente com veículos tradicionais de França, Espanha, Inglaterra, Alemanha e Estados Unidos o conteúdo de 251.287 telegramas de embaixadas americanas pelo mundo, em uma operação que ficou conhecida como *Cablegate* (CHRISTOFOLETTI, 2011).

Em contrapartida, em função da pressão política do governo dos Estados Unidos, o Wikileaks sofreu ações que visaram retirar a publicação do ar, e cortar as suas formas de financiamento, com a suspensão dos serviços das empresas responsáveis pelos serviços de internet do site, Amazon e everyDNS, e das que faziam o intermédio das doações, PayPal, Mastercard e Visa (SELAIMEN, 2011).

As ações, entretanto, não surtiram efeito: surgiram milhares de sites-espelho do Wikileaks pela internet, e o próprio site passou a oferecer um *backup* diário com todos os arquivos contidos no site, para que qualquer pessoa interessada pudesse manter a sua cópia do site sempre atualizada. Além disso, em uma ação coordenada pela internet, capitaneada pela organização *Anonymous*, sites do governo estadunidense e das empresas que negaram seus serviços ou aderiram ao bloqueio econômico foram atacados e ficaram temporariamente fora do ar (SELAIMEN, 2011).

A organização afirma defender a liberdade de imprensa e define-se como um “grupo global e independente de pessoas com longa história de dedicação à ideia de uma imprensa livre e da transparência que dela advém para a sociedade” (WIKILEAKS, 2010, tradução nossa). A respeito do caráter da mídia, a apresentação do projeto aponta como uma das motivações para a fundação do Wikileaks a diminuição da independência da imprensa em nível global.

Christofoletti (2011) considera que o Wikileaks é um exemplo do cruzamento entre a deontologia jornalística e a ética hacker e que coloca em debate o papel da imprensa na fiscalização do poder e a necessidade de reafirmação de sua liberdade na “sua dimensão mais profunda: enquanto princípio e direito humano e fundamental e de todos” (CHRISTOFOLETTI, 2011, p. 95).

Corrêa (2011) aponta a defesa de valores como verdade, liberdade de expressão e transparência como os elos que fazem a ligação entre o Wikileaks e as práticas jornalísticas, e salienta a relevância de iniciativas como o Wikileaks no que diz respeito à defesa dos valores reivindicados pela imprensa tradicional, a qual está mais centrada



“nas publicações mais independentes e menos pressionadas pelas interveniências tecnológicas, econômicas e institucionais” (CORRÊA, 2011, p. 69).

Na busca por identificar quais as implicações políticas, comunicacionais e culturais do fenômeno Wikileaks, Silveira (2011) insere-o no contexto do aumento do poder comunicacional dos indivíduos organizados em rede. Na internet, a liberdade de expressão está relacionada não só a não interferência do Estado, mas à possibilidade do uso sem restrições da própria estrutura da rede mundial de computadores, controlada e suportada por uma série de protocolos técnicos. Assim, tentativas de tirar do ar o site Wikileaks e seus sites-espelho assinalam uma nova forma de cerceamento:

Os embates em torno do Wikileaks permitiram alertar a opinião pública internacional para o fato de que as grandes corporações podem tentar anular a liberdade de expressão pelo controle que possuem da infraestrutura de comunicação. Podem, também, tentar desarticular as redes de apoio pelo sufocamento financeiro dos seus grupos opositores (SILVEIRA, 2011, p. 14).

Segundo Selaimen (2011), as respostas jurídicas a respeito do tema e as restrições impostas de forma incisiva ao Wikileaks demonstram que não há garantias para a construção e manutenção de uma rede que respeite a autonomia e a liberdade dos usuários, enquanto suas estruturas são de propriedade de grandes corporações:

Portanto, cabe agora, mais do que nunca, a reflexão crítica sobre a possibilidade de liberdade de informação e comunicação num ‘espaço público’ composto de redes informacionais que, em sua maioria absoluta, são propriedade privada de grandes corporações, prontas a atender a determinações de governos, quando lhes convém (SELAIMEN, 2011, p. 44).

O questionamento que ela faz, a respeito do direito à informação em um espaço público específico, a internet, é semelhante ao debate elencado fora dela, a respeito da relação entre pluralidade de informação, liberdade de imprensa e concentração da propriedade dos meios da imprensa tradicional.

Análise de algumas matérias

A revista *Época* foi escolhida como objeto de análise não só por tratar-se da revista semanal impressa com a segunda maior circulação no país, mas também por ser produzida por um grupo multimídia, as Organizações Globo, cuja ampla participação em setores do mercado comunicacional – inclusive, com a maior rede de televisão do país – é indício de aquiescência com o modelo vigente de comunicação e interesse na defesa da liberdade de imprensa. Desta forma, realizamos uma análise de reportagens que tratam especificamente do Wikileaks.



O editorial da edição de 2 de agosto de 2010, assinado pelo diretor de redação Helio Gurovitz, é intitulado *A internet, o Wikileaks e o futuro do jornalismo* e trata das mudanças que as novas mídias digitais acarretam para o jornalismo, reafirmando os seus princípios e a sua importância. O texto gira em torno de dois valores que são considerados essenciais à prática jornalística: “responsabilidade” e “equilíbrio”.

Cabe ressaltar a distinção, para a Análise do Discurso, entre *autor* e *sujeito*, a qual remete à diferença existente entre *texto* e *discurso*. Segundo Orlandi (1999), a autoria é uma função discursiva do sujeito. Enquanto a relação do sujeito com o discurso é a de dispersão, a do autor com o texto sugere disciplina, organização, unidade. É por meio da autoria que a unidade do sujeito é *construída*, ou seja, o texto é dotado de coerência e completude que conferem unidade na constituição do sujeito em autor, mas estas são imaginárias. Desta maneira, a Análise de Discurso trata da posição de fala assumida pelos indivíduos enquanto sujeitos no discurso, a qual não corresponde necessariamente ao lugar – empírico – ocupado por eles (ORLANDI, 1999).

O texto foi escrito após o lançamento de documentos secretos sobre a Guerra do Afeganistão em parceria entre o site Wikileaks e grandes veículos do jornalismo internacional. O Wikileaks é apresentado como um elemento à parte das principais características que emergem neste novo cenário midiático digital, cujos agentes são associados a valores opostos àqueles considerados essenciais – uma “massa de amadores, aliada a alguns profissionais deslumbrados com os novos meios”, que fez da internet e dos blogs um “repositório de opiniões veementes e versões desencontradas”.

Em seguida, é feita uma caracterização e uma pergunta retórica:

Na disputa pela audiência a todo preço, sobressaem duas características: 1) definir-se apaixonadamente como partidário de um lado, naquelas causas que dividem opiniões; 2) ignorar as versões dos fatos que possam contradizer as posições adotadas. O que mais falta são as características essenciais do jornalismo: informação veraz e equilíbrio entre as várias versões na interpretação dos fatos. A questão diante de todos nós é: será esse o futuro do jornalismo? Esquecer o compromisso com a realidade apenas para agradar a quem está de acordo com o que se publica? (GUROVITZ, 2010, p. 8)

Assim, a defesa de opiniões, o partidarismo em relação a algum lado, é associada à negação, por princípio, de “versões dos fatos” contrárias às defendidas pelos atores da internet, e oposto à “informação veraz” e ao equilíbrio. Defender uma opinião, desta maneira, contradiz a “informação veraz” e o “compromisso com a realidade”. Circulam os sentidos, aqui, da imparcialidade como elemento de caracterização do jornalismo, em que *equilíbrio* e *posicionamento* são incompatíveis. Além disso, a utilização de termos



que têm carga valorativa, mais do que discutir o jornalismo, coloca a discussão em termos de moralidade: o que não é veraz é falso, mentiroso, e aqueles que não têm compromisso são irresponsáveis.

A atuação do Wikileaks, de “vazar segredos de estado e informações sensíveis”, é apresentada como uma “missão evidentemente jornalística”. O texto é encerrado com uma sequência condicional: “se praticado de modo equilibrado e responsável, esse novo tipo de jornalismo promete ter consequências muito mais duradouras e relevantes do que o opinionismo vazio que emana da blogosfera” (GUROVITZ, 2010, p. 8).

A condição para que o “novo tipo de jornalismo” – que não é próprio do Wikileaks, mas que resulta da parceria do Wikileaks com três grandes publicações – é a manutenção dos valores e princípios que produzem sentido na formação discursiva na qual o sujeito se inscreve. Desta forma, só pode ter relevância e durabilidade aquilo que, apesar de representar um tipo novo de jornalismo, nas suas práticas e valores, é idêntico ao tradicional.

Em outra edição, do dia 20 de dezembro de 2010, a revista traz a reportagem intitulada “*É apenas o fim do começo*”, na editoria Mundo, subseção Diplomacia. A matéria, cujo título é uma citação de Julian Assange, fala da afirmação do fundador do Wikileaks de que o vazamento de arquivos sigilosos continuaria. A reportagem aborda a libertação de Assange da prisão, após nove dias e mediante pagamento de fiança, a iminência de outros projetos semelhantes ao Wikileaks, que convergem em uma era de *ativismo digital*. Trata, assim, das reações de grupos organizados na internet – como o Anonymous – às restrições feitas ao Wikileaks por parte de governos e empresas e das perspectivas que o Wikileaks pode suscitar no que diz respeito à transparência e ao vazamento de dados sigilosos de instituições poderosas.

Ao caracterizar as movimentações que se seguiram ao Wikileaks, a reportagem cita artigo de Richard Stallman, publicado no jornal *The Guardian*, em que o autor relaciona a atuação do Anonymous a protestos de rua:

Em um artigo publicado pelo jornal britânico *The Guardian*, Richard Stallman, um dos criadores do movimento do software livre, disse que a manifestação do Anonymous era comparável a um protesto de rua, *só que online*. Para Stallman, a polícia só consegue perseguir e prender os participantes porque a *liberdade no mundo virtual* é muito mais restrita que no *‘mundo real’*. (É APENAS..., 2010, p. 97, grifos nossos)

Aqui, é apresentada uma contraposição entre mundo virtual e mundo real que se repete em outras ocasiões, ao longo do texto. Se, na caracterização do movimento



desencadeado pelo Wikileaks como *ativismo digital*, a função do adjetivo *digital* serve para localizar e circunscrever estas ações ao âmbito da internet, no caso da contraposição entre um mundo virtual e um “mundo real”, comporta relações em que a liberdade existe em níveis diferentes.

O que se evidencia é a relação entre repressão e aparelho estatal: apesar de Assange e Wikileaks – que são sempre apresentados de forma indissociada – sofrerem restrições à sua liberdade também por parte de empresas e corporações privadas, apresentadas no texto, a relação entre perseguição e prisão – que assinala cerceamento à liberdade – é remetida à atuação da polícia, ou seja, um elemento do aparato oficial, institucional.

Para confirmar a diferença existente entre o *mundo virtual* e o “*mundo real*”, em seguida, é feita uma citação do artigo mencionado:

‘No mundo físico, você pode comprar um livro com dinheiro, e ele pertence a você. Você é *livre* para dá-lo, emprestá-lo ou vendê-lo a outra pessoa’, diz Stallman. ‘Contudo, no mundo virtual, os leitores digitais têm ‘algemas digitais’ que os impedem de dar, emprestar ou vender um livro’ (É APENAS..., 2010, p. 97, grifo nosso)

Neste ponto, o discurso é atribuído a outro autor, outra unidade constituída, e não indica assujeitamento às colocações feitas por ele. Entretanto, há uma opção feita, no que diz respeito ao trecho do artigo destacado no texto: para exemplificar as afirmações do autor a respeito do formato da liberdade no *mundo virtual*, é escolhida uma declaração que apresenta a liberdade em termos de liberdade econômica clássica.

É interessante, também, a aproximação das restrições contra grupos de “ativistas digitais” a uma noção de liberdade que não é, necessariamente, a deles. Segundo Himanen (apud CHRISTOFOLETTI, 2008), a ética dos hackers – que é aplicável a grupos como o Anonymous – é oposta à ética capitalista, de maneira que se opõem a valores como *dinheiro, trabalho, otimização, flexibilidade, estabilidade, determinação e contabilização de resultados* outros como *paixão, liberdade, solidariedade, compartilhamento, trabalho colaborativo e diletantismo*.

A manifestação desta ética hacker ilustra a questão colocada por Pêcheux (1988) em relação às *formações discursivas* – em função delas e de sua filiação a diferentes formações ideológicas, palavras e expressões literalmente iguais podem assumir *sentidos distintos*. É o caso da contraposição entre o conceito de *liberdade* e *livre informação* no discurso hacker e no discurso liberal, que está nas origens do conceito de liberdade de imprensa: se no caso do segundo, está relacionado historicamente à negação das restrições de um regime absoluto, no caso do primeiro a produção de



sentido deriva da ideia de liberdade em relação às restrições da lógica do trabalho, do capital, e a informação livre não diz respeito à liberdade de uma instituição específica, mas à *colaboração* e ao *compartilhamento*.

Considerações finais

Com a análise realizada, buscamos encontrar o aspecto material do discurso nas palavras e enunciados. Partindo da relação entre língua, discurso e ideologia, o texto é a unidade de análise que nos permite ter acesso ao discurso, e a relação entre ambos não é de transparência: embora os textos analisados não mencionem literalmente a expressão *liberdade de imprensa*, é importante retomarmos a noção de que “as palavras não têm um sentido nelas mesmas, elas derivam seus sentidos das formações discursivas em que se inscrevem” (ORLANDI, 1999, p. 43). Assim, mesmo que uma palavra ou expressão não estejam presentes literalmente em um texto, elas estão ligadas a relações de sentido que, em determinada formação discursiva, produzem sentido e relacionam-se com que o já foi dito e formulado a respeito delas anteriormente, o interdiscurso.

No material analisado, foi possível perceber certas regularidades do processo discursivo na abordagem ao Wikileaks. Um elemento regular da formação discursiva apresentada pela revista *Época* é a referência à *informação* de forma genérica, como *dados*, a qual remete a uma concepção de liberdade de imprensa que é justificada pelo que Marcondes Filho (1989) chama de pluralidade *nos* meios: aos veículos de comunicação não interessariam debates ou opiniões, mas a neutralidade na veiculação de informações.

A ênfase em questões éticas remete a uma formação discursiva na qual é com base na independência – compreendida como ausência de “partidarismo”, e não relacionada a poder econômico – dos veículos que o jornalismo adquire valor e pode concorrer livremente: de sua independência, responsabilidade e equilíbrio derivam sua credibilidade e seu desempenho, em uma relação circular na qual o jornalismo legitima e é legitimado pelo sistema econômico do livre-mercado. Neste contexto, a valorização das *informações*, objetivamente, apresenta os valores pressupostos de uma “representação do jornal ideal” que, “antes de ser uma questão ética, é um objeto de luta social” (BARROS FILHO, 2003, p. 105).

Também por este motivo – a primazia das informações – é possível perceber a tensão provocada pelo Wikileaks: as *informações* divulgadas têm valor e não podem ser questionadas enquanto tais. No entanto, o Wikileaks é um ator distinto da imprensa, e



por isso é questionado em sua essência, quando a “missão” que o projeto imputa a si mesmo é apresentada como pretensiosa, autopromocional, “messiânica”, embora seja a mesma função que a imprensa reivindica em regimes democráticos: a vigilância do poder.

No contexto de uma rede cujo suporte é controlado por grandes corporações, como coloca Selaimen (2011), as limitações ao Wikileaks são feitas diretamente pela iniciativa privada, e não indiretamente, como no contexto do deslocamento do centro de poder com o neoliberalismo, conforme proposto por Surian (2007). As restrições privadas ao Wikileaks apontam para a proposição de Moraes (2003 apud SURIAN, 2007) em sua caracterização do modelo de Estado neoliberal, no qual ocorre a imbricação, na prática, de âmbitos – o Estado e o campo econômico-financeiro – que, para a doutrina liberal, são antagônicos.

Ainda assim, no material analisado, embora se apresente uma distinção entre “mundo virtual” e “mundo real”, a atuação restritiva, repressora, é sempre remetida ao Estado. Ainda que mencione as entidades privadas, o discurso relativo ao controle às restrições da liberdade, mesmo na internet, remete primordialmente às restrições exercidas pelo Estado, autônomo às relações econômicas. Estas, por sua vez, aparecem discursivamente apenas relacionadas às liberdades individuais, nunca como elemento capaz de provocar algum tipo de restrição.

REFERÊNCIAS

“É APENAS o fim do começo”. **Revista Época**. São Paulo, p. 96-97, 20 dez. 2010.

BARROS FILHO, Clóvis de. **Ética na comunicação**. 4. ed. São Paulo: Summus, 2003.

BOBBIO, Norberto. **Teoria geral da política: a filosofia política e as lições dos clássicos**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1. ed., 1998.

BUCCI, Eugênio. **A imprensa e o dever da liberdade: a independência editorial e suas fronteiras com a indústria do entretenimento, as fontes, os governos, os corporativismos, o poder econômico e as ONGs**. São Paulo: Contexto, 2009.



CHRISTOFOLETTI, Rogério. **Ética no jornalismo**. São Paulo: Contexto, 2008.

CHRISTOFOLETTI, Rogério. Jornalismo pós-Wikileaks: deontologia em tempos de vazamentos globais de informação. **Contemporânea – Revista de Comunicação e Cultura**. Salvador: UFBA, vol. 9, n. 02, 2011.

CORRÊA, Elizabeth Saad. Apontamentos sobre o jornalismo extra-muros do Wikileaks. **Contemporânea – Revista de Comunicação e Cultura**. Salvador: UFBA, vol. 9, n. 02, 2011.

GUROVITZ, Helio. A internet, o Wikileaks e o futuro do jornalismo. **Revista Época**. São Paulo, p. 8, 2 ago. 2010.

LIMA, Venício A. de. **Liberdade de expressão x liberdade de imprensa: Direito à comunicação e democracia**. São Paulo: Publisher Brasil, 2010.

MARCONDES FILHO, Ciro. **O capital da notícia: jornalismo como produção social de segunda natureza**. São Paulo: Ática S.A., 1989.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso: Princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 1999.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso: Estrutura ou acontecimento**. Campinas: Pontes, 4. Ed., 2006.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Campinas: UNICAMP, 1988.

SELAIMEN, Graciela B. Governos, empresas, Wikileaks e governança da internet. **Contemporânea – Revista de Comunicação e Cultura**. Salvador: UFBA, vol. 9, n. 02, 2011.

SILVEIRA, Sergio Amadeu da. O fenômeno Wikileaks e as redes de poder. **Contemporânea – Revista de Comunicação e Cultura**. Salvador: UFBA, vol. 9, n. 02, 2011.

SURIAN, Francisco Emílio. **A liberdade de imprensa e sua resignificação no neoliberalismo: O jornalismo sob a ameaça da intensificação da produtividade e da lucratividade**. Dissertação (mestrado)–Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo (ECA-USP), São Paulo, 2007.

WIKILEAKS. **What is Wikileaks?** 2010. Disponível em <<http://wikileaks.org/About.html>>. Acesso em: 10 out. 2010.